

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

PROJETO DE LEI Nº 1.516, DE 2019

Dispõe sobre o tratamento do lixiviado em aterro sanitário.

Autor: Deputado JOSÉ MEDEIROS

Relatora: Deputada BIA CAVASSA

I - RELATÓRIO

O ilustre Deputado José Medeiros propõe, por meio do projeto de lei em epígrafe, a obrigatoriedade do tratamento do lixiviado gerado em aterro sanitário, de modo a atender aos padrões de enquadramento do corpo hídrico receptor.

O autor justifica a proposição discorrendo sobre os danos causados ao meio ambiente e à saúde da população pelo lixiviado de aterros sanitários não tratados

A matéria foi distribuída às Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Constituição e Justiça e de Cidadania. A proposição tramita em regime ordinário e está sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões. Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

O ilustre Deputado José Nelto chegou a apresentar relatório pela aprovação do projeto nessa Comissão, mas a matéria não foi submetida a votação.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Haja vista permanecerem inalteradas as razões de fato e de direito que embasaram o relatório anterior, faço meu o posicionamento do ilustre Deputado José Nelto, por refletir minha exata opinião sobre a matéria.

Como observa, com muita propriedade, o autor da proposição em comento, a liberação no ambiente do lixiviado ou chorume produzido nos

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Bia Cavassa

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD219164885300>



aterros sanitários contamina o solo, os lençóis freáticos e, conseqüentemente, causa sérios danos à flora, fauna e à saúde da população.

Veja-se, a título de exemplo, algumas notícias recentemente veiculadas pela mídia:

Piracicaba - SP: “Cetesb multa empresa da coleta lixo de Piracicaba após chorume trasbordar em tanque de aterro. A Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) informou que multou em R\$ 4,3 mil a empresa Piracicaba Ambiental, responsável pela coleta e destinação do lixo de Piracicaba (SP), por derramamento de chorume no solo, após transbordamento do tanque onde ficava o efluente.

De acordo com o órgão, a infração ambiental foi constatada no dia 19 de março, através de inspeção realizada pela equipe da Agência Ambiental de Piracicaba.

Na última sexta-feira (26), foi lavrado o auto de infração no valor de 150 Unidades Fiscais do Estado de São Paulo (Ufesp), equivalente R\$ 4.363,50, por "lançamento irregular de efluentes líquidos - líquidos percolados/chorume - diretamente no solo, decorrente do transbordamento do tanque que acumula o efluente, para posterior destinação".

A Cetesb informou, ainda, que dará continuidade às ações de controle junto à empresa, por meio de inspeções técnicas, conforme previsto na legislação ambiental.”(Fonte:G1 - 01/04/2021)

Rio de Janeiro: “Pescadores denunciam despejo de chorume no Rio Sarapuí. No lugar de peixe, lixo e chorume. Essa é a atual realidade do Rio Sarapuí, onde, há quatro décadas, suas águas eram a fonte de renda de aproximadamente 120 famílias, que tiravam o sustento da pesca de 15 espécies diferentes. Os antigos pescadores continuam por lá, mas hoje trabalham catando garrafas pet, latas e outros produtos recicláveis.

Na manhã desta segunda-feira, Gilciney levou uma equipe do Ministério Público Federal (MPF) a um dos pontos de deságue, no Rio Sarapuí, do chorume proveniente do antigo Aterro de Gramacho: os pescadores identificaram 12 pontos ao todo. Os técnicos colheram



água para amostras, que podem subsidiar uma nova ação na Justiça.” (Fonte: O Dia - 08/02/2021)

“Maceió: IMA investiga denúncia de descarte irregular de chorume do aterro sanitário de Maceió. O Instituto do Meio Ambiente (IMA) investiga uma denúncia de descarte irregular de chorume produzido no aterro sanitário no bairro do Benedito Bentes, na parte alta de Maceió. O líquido estaria chegando ao emissário submarino sem tratamento e sendo despejado no mar.

O chorume, formado pela decomposição do lixo, deve passar por tratamento antes de ser levado ao emissário. Mas uma denúncia feita à Câmara Municipal de Maceió diz que isso não está sendo feito” (Fonte: G1 – 01/06/2021)

Fica claro também, pela justificção à proposição, que existem soluções tecnológicas economicamente viáveis para o tratamento e disposição adequada do lixiviado resultante da decomposição do material orgânico dos resíduos sólidos depositado nos aterros.

Extremamente oportuna, portanto, a iniciativa do ilustre Deputado José Medeiros, que deverá contribuir para acabar, de forma definitiva, com a liberação de lixiviado sem tratamento no ambiente. Em face do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.516, de 2019.

Sala da Comissão, em de de 2021.

Deputada BIA CAVASSA
Relatora

2021-6722



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Bia Cavassa
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD219164885300>

